

## Igreja de Santa Justa (vestígios)

O ACESSO AO TERREIRO DA ERVA, onde existiu a igreja de Santa Justa de Coimbra, faz-se pela Rua da Sofia, virando depois pelo Beco de São Boaventura. O acesso viário é feito seguindo pela Rua Simões de Castro, Rua do Carmo, Adro de Santa Justa, até que se chega ao Terreiro da Erva (reservado a moradores).

A antiga igreja de Santa Justa foi erguida no Terreiro da Erva, no bairro das olarias, e encontra-se documentada desde 1098, num documento que indica expressamente *in oriente viam que vadit de Sancta Justa*. Na sequência desta menção, Maria Amélia Campos pressupõe que existiria aí um templo com este orago.

A referência seguinte data de 4 de fevereiro de 1102, em que a igreja é doada por D. Maurício Burdino, bispo de Coimbra, ao abade D. Hugo de Cluny, para aí se instalarem monges do priorado de La Charité-sur-Loire. O monaquismo beneditino de Cluny contou com a proteção de Afonso VI de Leão e Castela que conseguiu que, no Concílio de Coiança (1055), a regra de São Bento se implantasse na Península, suplantando as observâncias do monaquismo visigótico. No nosso território, integrados no *ordo cluniacensis*, e na dependência direta de uma abadia de Cluny, existiam apenas os mosteiros de Rates, Santa Maria de Vimieiro (ambos em Braga) e Santa Justa de Coimbra.

Em março de 1110, D. Henrique e D. Teresa doam ao mesmo priorado de La Charité-sur-Loire a igreja de São Pedro de Rates, como forma de mostrar o seu reconhecimento à poderosa Ordem. Em 1112, o mesmo bispo D. Maurício doou ao abade de Cluny Pedro o Venerável, uma relíquia da Santa Cruz, cravejada de pedras preciosas.

Em maio de 1127, D. Teresa doa à Ordem, na pessoa do mesmo abade, o mosteiro de Santa Maria de Vimieiro, em Braga.

A inscrição mais antiga da igreja de Santa Justa data de 10 de novembro de 1115 e é uma epígrafe funerária de Gonçalo *Folegatus*. Hoje desaparecida, apenas se conhece pela versão de Augusto Filipe Simões, que Mário Barroca reproduz:

"IIII idus Novembris obiit Gonsalvus Folegatus qui relinquit huic ecclesiae tres casales, et tertiam partem de uno molendino pro suo anniversario in Oliveto, Era MCLIII"

Em 1139 é feita a delimitação das paróquias de São João de Santa Cruz e de Santa Justa, mas apenas temos conhecimento do ato por um documento de 1155, onde é renovada essa demarcação.

Depositada no mesmo museu Machado de Castro está outra inscrição proveniente da igreja de Santa Justa, datada de 15 de agosto de 1155. Trata-se da inscrição funerária, em verso, do presbítero Rodrigo, fundador da Colegiada. A leitura apresentada por Mário Barroca é a seguinte:

HOC : IACET : IN PVCLRO: RODERICVS : NEMPE : SEPULCRO. /  
QVI : DOMINO : CELI : SERVIVIT : CORDE : FIDELI : /  
NAMQVE : LOCO : XPISTO : TEMPLVM : CONSTRVXIT : IN ISTO /  
QVOD : BENE : DITAVIT : SACRIS : DONISQVE : BEAVIT : /  
CLAVSTRI : STRVCTVRAS : FVNDAVIT : NON : RVITVRAS : /  
ATQVE : DOMOS : CVNCTAS : PER : CIRCIVITVM : BENE :  
IUNCTAS : /  
SED : VIGILI : CVRA : MISERIS : DANS : HIC : SVA : IVRA : /  
TEMPORE : SVB : SCRIPTO : MIGRAVIT : PRESBITER : ISTO : /  
XVIII : Kalendas : SEPTEMBRIS : ERA : M : C : LXXXIII : /



Museu Nacional de Machado de Castro.  
Inscrição funerária do presbítero Rodrigo, datada de 15 de agosto de 1155  
(Inv. 653)

A igreja de Santa Justa foi reconstruída antes de 1155, dado de relevo pela sua raridade no contexto da arquitetura da época românica em Portugal. Também por esta altura, D. João Peculiar, arcebispo de Braga, foi delimitar a paróquia da igreja de Santa Justa para pôr termo às questões entre Santa Cruz e os monges da Caridade que ali habitavam, confirmando a delimitação de 1139. Aproveitou ainda a estância em Coimbra para sagrar o altar da capela-mor do mosteiro de Santa Cruz, em 1154.

Edificada em alvenaria, para Alarcão poderá ter sido feita pelo mesmo mestre que trabalhara em Santa Cruz. O mosteiro de Santa Justa dependia de Cluny, onde era tradicional este tipo de construção.

De 1166 data uma epígrafe gravada em sarcófago, proveniente da igreja-colegiada de Santa Justa, atualmente no Museu Nacional Machado de Castro. Segundo a leitura de Mário Barroca,

E(ra) : M<sup>a</sup> : CC<sup>a</sup> : IIII<sup>a</sup> : IDVS : IVNII : OBIIT : / MARIA :  
MENENDICI : VXOR : I(o)H(a)N(ni)S : PELAGII

Trata-se da inscrição funerária de Maria Mendes, mulher de João Pais. Apesar de ter desenvolvido vários esforços, o historiador não conseguiu identificar o casal referido na inscrição, mas adianta poder tratar-se de membros da oligarquia coimbrã.

D. Nicolau de Santa Maria afirma que, em finais do século XII, Santa Justa de Coimbra passou para os Cónegos Regrantes. Porém, esta afirmação não é verdadeira, como comprova Avelino de Jesus da Costa. Houve, na realidade, diversas questões com os bispos de Coimbra. D. Miguel, bispo entre 1162 e 1176 exigia a terça parte das dízimas a Santa Justa. Estas contendas prolongar-se-iam até ao início do século XVI. No século XIV, as propriedades nas

imediações de Santa Justa continuavam a chamar-se "da Caridade", porém a igreja deixou de constar das Visitas de 1254 e dos Capítulos Gerais de Cluny de 1259. Num documento de 13 de fevereiro de 1380, a igreja de Santa Justa figura já como Colegiada secular.

Segundo o Catálogo das Igrejas realizado em 1320-1321, a igreja de Santa Justa foi taxada apenas em 80 libras, o valor mais baixo do conjunto das igrejas de Coimbra. São Cristóvão (480 libras), São Bartolomeu (540 libras) e Santiago (650 libras) contribuíam com os valores mais elevados. Em 1708, uma grande inundação provocou graves danos estruturais na igreja, obrigando ao abandono da colegiada. Dois anos depois, iniciou-se a edificação de um novo templo, também dedicado a Santa Justa, na rua da Sofia. Na verdade, a dessacralização do edifício existente no Terreiro da Erva, resultante da construção da igreja que agora conhecemos, fez com que a partir do século XVIII se abrisse caminho ao desmantelamento de parte da igreja românica e, simultaneamente,   apropriação de parte da sua estrutura como base de outro tipo de construções. A ruína que chegou aos nossos dias revela um edifício completamente descaracterizado, com uma cota de superfície mais elevada que a medieval (cerca de 8m e posicionada agora ao nível dos arranques da abóbada) e que serviu de base para a construção de uma casa de habitação num piso superior, sobre uma das suas abóbadas, o que contribui para a difícil legibilidade dos elementos remanescentes. Este novo edifício chegou a acolher, ao nível térreo, uma oficina com materiais para automóveis. Simultaneamente, o adro de Santa Justa perdeu o seu nome, passando a chamar-se mais tarde Terreiro da Erva.

Apesar da imensa produção historiográfica consagrada   arquitetura da época românica na cidade de Coimbra,

Museu Nacional de Machado de Castro. Reverso da inscrição funerária do presbítero Rodrigo  
(Inv. 653)







*Vestígios da igreja de Santa Justa (2016)*



a verdade é que as referências à igreja de Santa Justa são diminutas, aspeto para o qual contribuiu seguramente a quase inexistência de vestígios materiais do edifício medieval. Uma investigação exaustiva e pormenorizada sobre o espaço urbano, religioso e socioeconómico de Santa Justa de Coimbra na Idade Média foi realizada por Maria Amélia Álvaro de Campos (2012), trazendo à colação importantes fontes documentais, que abordou de forma crítica e aturada.

É, pois, com base nas informações exaradas da documentação por Maria Amélia Campos e da análise dos vestígios presentes neste edifício que podemos pressupor o que seria o românico da igreja de Santa Justa de Coimbra.

Lembrando o desconhecimento quase total quanto à sua plástica decorativa, sabemos que, acabada em 1155, a reforma românica terá sido coeva da igreja românica de São João de Almedina e da edificação de Santa Cruz, cuja primeira pedra foi lançada em 1131, verdadeiro laboratório do românico coimbrão.

Deste modo, sabemos que se a cabeceira tinha os seus elementos abobadados, o mesmo não podemos dizer da nave (ou naves) que, poderia ter sido apenas coberta com madeira, ao modo da igreja de Santiago da mesma cidade. Desconhecemos se a igreja românica tinha transepto, mas a verdade é que a documentação refere a existência de uma Porta Travessa, assim chamada por ser perpendicular à porta principal. A documentação do século XIV confirma o papel fulcral que o claustro, com suas casas do priorado, exercia ao nível da vida da colegiada urbana de Santa Justa. Conforme publica Maria Amélia Campos, o adro de Santa Justa seria delimitado por casas de habitação,

localizando-se aí também o forno que cozia o pão para a igreja como também o cemitério, onde alguns túmulos se destacavam pela sua monumentalidade.

Santa Justa de Coimbra foi a igreja-mãe de Cluny, obra-prima da arquitetura românica da Borgonha, construída pelo abade São Hugo (1049-1109) com doações de príncipes e reis, e donde saíram os modelos e os artistas que espalharam a arte românica pela Europa. Santa Justa de Coimbra, diretamente ligada a um priorado de Cluny, terá refletido esse gosto artístico. Contudo, as vicissitudes por que passou a igreja românica após a sua dessacralização em 1708 levou à perda de grande parte da sua memória material, que sondagens arqueológicas recentes (2017/2018) permitirão salvaguardar e integrar em novo projeto de reabilitação. É, no entanto, possível reconstituir o valor do lugar românico e alti-medieval através das fontes documentais que revelaram a importância e o papel fundamental que a colegiada de Santa Justa exerceu na Coimbra medieval.

Texto: MLB/JL - Fotos: MLB/JNG

### *Bibliografia*

ALARCÃO, J., 2008, pp. 165, 182; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 54 (de 1115, novembro, 10), Insc. n.º 101 (de 1155, agosto, 15); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 65 (de 1115, novembro, 10), Insc. n.º 119 (de 1155, agosto, 15), Insc. n.º 142 (de 1166, junho, 13); BOISSELLIER, S., 2012, p. 174; BOTELHO, M.L., 2013b, pp. 481-513 e 493-495; BOTELHO, M.L. e CAMPOS, M.A., 2017; CAMPOS, M.A.A., 2012; COSTA, A.J., 1947-48, pp. 195-220; CRAVEIRO, M.L., 2011b, p. 12; DIAS, G.J.A.C., 2000, pp. 381-385; MEM. PAROQ. 1758 (2011), pp. 512-519; PORTAL DO ARQUEÓLOGO; SANTA MARIA, N., 1668, VII, cap. XVIII; SIPA.